

CLIPPING IMPRESSO

26/04/2022



INDICE

1. DECISÕES	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1 - 3
1.2. JORNAL PEQUENO.....	4 - 6
2. INSTITUCIONAL	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	7
3. JUÍZES	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	8
4. PROCESSO SELETIVO	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	9
5. PUBLICIDADE LEGAL	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	10

IMPASSE NA EDUCAÇÃO

Justiça autoriza Prefeitura a descontar salários de professores durante greve



Em greve desde o dia 18 de abril, os professores da Rede Municipal de Ensino realizaram mais um movimento, durante toda a segunda-feira (25), sendo que também eles podem ter descontos nos salários pelos dias que faltaram durante a paralisação. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) autorizou que a Prefeitura de São Luís, desconte do salário. A decisão judicial foi proferida ontem, e é da desembargadora Francisca Galiza.

PÁGINA 4

IMPASSE NA EDUCAÇÃO

Justiça autoriza Prefeitura descontar salários de professores durante greve



Em greve desde o dia 18 de abril, os professores da Rede Municipal de Ensino realizaram mais um movimento, durante toda a segunda-feira (25), sendo que também eles podem ter descontos nos salários pelos dias que faltaram durante a paralisação. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) autorizou que a Prefeitura de São Luís, desconte do salário. A decisão judicial foi proferida ontem, e é da desembargadora Francisca Galiza.

O documento também autoriza que a Prefeitura contrate professores temporários para dar andamento às aulas na rede municipal de ensino. Na semana passada, a magistrada já havia decretado a ilegalidade do movimento grevista.

“Uma vez não configurada a situação excepcional reconhecida pelo Excelso Tribunal, é possível o lançamento das faltas no período da paralisação, se assim definir o requerente. No que refere à abertura de procedimento administrativo disciplinar em face dos professores grevistas, ao Poder Judiciário compete apreciar somente a regularidade do procedimento à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. O poder disciplinar e punitivo dos servidores da administração pública municipal é atribuição do Município de São Luís, a quem compete decidir sobre a instauração de procedimento administrativo disciplinar”, diz a decisão.

Na última quarta-feira (20), a desembargadora Francisca Galiza mediou uma audiência de conciliação entre professores e o Município, onde não foi aceita a proposta da Prefeitura.

Protesto

Nesta segunda-feira (25), o Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) realizou mais um ato do movimento grevistas do professores em São Luís.

Os profissionais da educação fizeram uma caminhada pela Ponte do São Francisco, com o intuito de chamar a atenção para as suas reivindicações por melhorias salariais e condições de trabalho.

A concentração foi às 8h, em frente à Igreja do São Francisco. De lá, os professores caminharão até a Praça Pedro II, onde funciona a sede da Prefeitura de São Luís.

Na manhã do último domingo (24), o comando de greve e professores da base realizaram uma panfletagem na Feirinha São Luís, onde foram distribuídos mais de 2 mil panfletos.

O Ministério Público também está ciente do caso e se pronunciou através de nota. Confira na íntegra!

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, através de suas Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Educação, vem, por meio deste, informar o que se segue:

Ciente da deflagração de Greve da Educação Municipal de São Luís, iniciada em 18 de abril de 2022, a partir da qual a categoria requer reajuste salarial de 33,24%, melhoria das condições de trabalho a partir das reformas de todas as escolas, do serviço de transporte e alimentação escolar, bem como investimento na formação continuada dos profissionais da educação e demais demandas em defesa da educação pública de qualidade, este Órgão Ministerial comunica que tem acompanhado, desde o início, as negociações entre os profissionais em educação pública municipal e a Prefeitura de São Luís.

Desta maneira, as Promotorias de Defesa da Educação, que trabalham rigorosamente no sentido de fiscalizar a qualidade dos serviços públicos educacionais, buscam adotar a perspectiva de diálogo entre a categoria dos professores e a Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de buscar uma solução para a grave crise da educação no Município de São Luís, pois o Ministério Público entende que a solução para o fim do impasse ocorrerá através do diálogo e do respeito aos princípios constitucionais da valorização dos profissionais e o direito fundamental à educação.

À vista disso, estas Promotorias Especializadas atuarão, através de audiências a serem realizadas, como órgão de mediação entre as partes, visando minimizar os prejuízos causados à comunidade escolar como um todo, que vem se estendendo desde o início da pandemia de COVID-19 e tendem a se perpetuar com a ausência de acordo entre as partes envolvidas durante este movimento grevista, de modo a promover o restabelecimento das negociações e pôr fim à greve dos professores da rede municipal, por ser o serviço educacional de natureza essencial e inadiável a necessidade de sua normalização.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Fim de festa (1)

O STJ e STF mandaram um duro recado aos prefeitos maranhenses quanto a gastança sem motivo justificado, ao cancelarem o shows de R\$ 500 mil, contratado pela Prefeitura de Vitória do Mearim, com o cantor Wesley Safadão – que seria domingo passado.

Fim de festa (2)

O juiz de Arari, João Paulo de Souza Oliveira proibiu o evento em ação do MP, que o TJ-MA derrubou. Mas o MP recorreu ao STJ, que manteve a suspensão. Em novo recurso ao STF, o ministro Luiz Fux garantiu o cancelamento.

Fim de festa (3)

Vitória do Mearim está debaixo d'água, com a enchente do Mearim; A população agora que começa a normalizar sua vida, com a reabertura de escola. Logo, R\$ 500 mil dão para amparar centenas de famílias no desespero da situação de emergência.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Fim de festa (1)

O STJ e STF mandaram um duro recado aos prefeitos maranhenses quanto a gastança sem motivo justificado, ao cancelarem o shows de R\$ 500 mil, contratado pela Prefeitura de Vitória do Mearim, com o cantor Wesley Safadão – que seria domingo passado.

Fim de festa (2)

O juiz de Arari, João Paulo de Souza Oliveira proibiu o evento em ação do MP, que o TJ-MA derrubou. Mas o MP recorreu ao STJ, que manteve a suspensão. Em novo recurso ao STF, o ministro Luiz Fux garantiu o cancelamento.

Fim de festa (3)

Vitória do Mearim está debaixo d'água, com a enchente do Mearim; A população agora que começa a normalizar sua vida, com a reabertura de escola. Logo, R\$ 500 mil dão para amparar centenas de famílias no desespero da situação de emergência.

TJMA define projeto de modernização para próximos cinco anos

A elaboração do projeto foi desenvolvida por meio de consultoria técnica do Grupo Falconi

Divulgação: Ribamar Pinheiro

Com o objetivo de promover uma ampla transformação na gestão administrativa do Poder Judiciário maranhense, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu a elaboração do projeto de modernização e aprimoramento da gestão administrativa e financeira. Nessa sexta-feira (22), o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, recebeu o projeto na íntegra, durante reunião com representantes do Grupo Falconi, magistrados e servidores, no gabinete da Presidência.

O projeto - que teve início de construção em maio de 2021 - foi elaborado por meio do Grupo Falconi (Empresa Falconi Consultores S/A), empresa especializada em gestão administrativa, contratada para prestar consultoria técnica ao TJMA para execução do projeto, com atuação em quatro frentes de trabalho: Revisão da Estratégia 2021/2026, Gestão da Receita e Despesa, Gestão de Risco e Compliance e Controle e Captura dos Resultados.

Para o presidente da Corte estadual, desembargador Lourival Serejo, contratar o Grupo Falconi para auxiliar no processo de modernização da máquina administrativa do Tribunal de Justiça foi imprescindível para o êxito na elaboração do projeto.

“Ao longo desses meses todos, eles trabalharam, apesar da pandemia, com afinco, atingindo todas as diretorias e coordenadorias, analisando todo o funcionamento do Judiciário, para criar uma unidade de trabalho e de propósito, por até cinco anos de gestão. Todas as diretrizes foram traçadas minuciosamente e a Falconi deu um impulso muito grande na modernização do Tribunal de Justiça e de toda a estrutura do Judiciário maranhense”, afirmou o presidente.

O consultor de resultados do Grupo Falconi, Mauro Eustáquio, explicou que estabelecer um planejamento estratégico para cinco anos, com enfrentamentos e esforços para melhorias na gestão das receitas dos gastos de compliance não é uma atividade trivial. “Isso requereu um esforço muito



O Projeto de Modernização da Gestão Administrativa teve como foco a celeridade, eficiência e resultados

grande de todas as diretorias e de muitos servidores e servidoras envolvidos nesse trabalho, mas que, hoje vemos o resultado de uma forma muito concreta”, frisou.

Para Eustáquio, a acolhida do Tribunal e de sua presidência foi um fator crucial para que o projeto tivesse o maior êxito possível. “Entendemos que foi uma caminhada muito bem sucedida e que essa jornada de implantação, tanto do planejamento estratégico, e agora especialmente, dos projetos estratégicos que decorrem do planejamento estratégico vão levar o tribunal para outros patamares de resultados”, afirmou o representante da Falconi, concluindo que “foi uma quebra de paradigma importante, todo Tribunal e a sociedade maranhense vão colher frutos desse avanço”.

De acordo com José Flausino S. Faria, representante do Grupo Falconi, que acompanhou de perto o trabalho em São Luís, o projeto foi uma construção “a quatro mãos”, com envolvimento de muitos profissionais com conhecimentos diversos. “O nosso grande legado é deixar toda a essa estruturação de longo prazo para o Tribunal. E agora, com o escritório de projetos, será dado mais um passo para a fase de execução”, ressaltou.

Também estavam presentes na reunião de entrega do Projeto, o juiz auxiliar da Presidência, Angelo Antonio Alencar dos Santos; o juiz corregedor, Márcio Castro Brandão; o diretor-

geral do TJMA, Mário Lobão Carvalho; a diretora de Auditoria Interna, Jurema Mamede de Paiva e a chefe da Divisão de Planejamento, Bianca Giordana Pinto Soares.

SOBRE O PROJETO

O Projeto de Modernização da Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Maranhão teve como foco a celeridade, eficiência e resultados.

A Revisão da Estratégia consistiu no direcionamento dos esforços para os principais objetivos de curto, médio e longo prazo da Instituição para o período de 2021 à 2026 e contou com iniciativas como: levantamento dos projetos e iniciativas atuais TJMA; categorização das iniciativas nos objetivos estratégicos; distribuição das iniciativas/projetos com base em critérios de priorização; e, revisão do Plano e Mapa Estratégico TJMA.

Como produtos e entregas do projeto podem ser destacadas: definição da identidade organizacional do TJMA; definição das metas audaciosas dos projetos estratégicos para o ciclo 2021-2026; estruturação e início da implementação dos projetos de incremento da Receita; estruturação de metas e planos de ação para otimização dos gastos do TJMA; mapeamento e classificação dos riscos atuais e elaboração o plano de mitigação de riscos e elaboração do manual de Compliance e revisão das políticas relacionadas ao Compliance. *(Danielle Limeira – Asscom TJMA)*

Professores fazem caminhada em ato de reivindicação por reajuste salarial em São Luís

FRANCISCO SILVA



Professores se reuniram na igreja católica do São Francisco e de lá saíram em caminhada até a Câmara de Vereadores

Nessa segunda-feira (25), os professores de São Luís realizaram mais um ato grevista, quando fizeram uma caminhada pela Ponte do São Francisco, cujo objetivo foi chamar a atenção para as suas reivindicações por melhorias salariais e reformas de escolas. A concentração do ato público ocorreu na Igreja do São Francisco, e de lá os professores caminharam até a frente da Câmara Municipal de Vereadores. Ainda no domingo (24), a categoria chegou a distribuir panfletos no evento cultural “Feirinha São Luís”, que é realizada no Centro Histórico da cidade.

PÁG.5

Professores fazem caminhada em ato de reivindicação por reajuste salarial

A categoria está em greve desde o dia 18 deste mês, e pede 33,24% de aumento em seus salários

LUCIENE VIEIRA

Nessa segunda-feira (25), os professores de São Luís realizaram mais um ato grevista, quando fizeram uma caminhada pela Ponte do São Francisco, cujo objetivo foi chamar a atenção para as suas reivindicações por melhorias salariais e reformas de escolas. A concentração do ato público ocorreu na Igreja do São Francisco, e de lá os professores caminharam até a frente da Câmara Municipal de Vereadores. Ainda no domingo (24), a categoria chegou a distribuir panfletos no evento cultural “Feirinha São Luís”, que é realizada no Centro Histórico da cidade.

O Sindeducação está em campanha salarial desde o dia 17 de janeiro de 2022. A mesa de negociação entre a categoria e a Prefeitura de São Luís foi aberta no dia 10 de fevereiro, e desde então foram realizadas cinco reuniões. Na quarta reunião, a Prefeitura apresentou um percentual de reajuste salarial de 5%, que foi rejeitado pelos professores. Não tendo uma nova proposta da mesa, a negociação foi encerrada, e os docentes entraram em greve no dia 18 de abril.

“Mesmo antes do início do movimento grevista, a Prefeitura já tinha entrado com o pedido de ilegalidade, além de cortes de salários, cortes de pontos e multa contra o Sindeducação. Infelizmente, é do ponto de vista da ilegalidade, e na Justiça, que a Prefeitura quer continuar o diálogo com os professores”, destacou a secretária de Comunicação do Sindeducação, Ana Paula Martins.

CATEGORIA REJEITOU AUMENTO DE 10,06%

No dia 20 deste mês, foi realizada uma audiência de conciliação no Tribunal de



Professores se reuniram na igreja católica do São Francisco e de lá saíram em caminhada até a Câmara de Vereadores

Justiça do Maranhão (TJ-MA), na qual a Prefeitura apresentou nova proposta, desta vez de 10,06%, que também foi rejeitada pela categoria. Posterior à audiência de conciliação, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) se pronunciou, por meio de nota, afirmando ter apresentado a proposta de 10,06% de reajuste salarial para os professores do Sindeducação. “O percentual ofertado demonstra todo o esforço do Município para assegurar este reajuste aos professores (ativos, inativos e pensionistas de nível superior), respeitando a realidade orçamentária e financeira municipal, além de garantir a valorização dos profissionais do Magistério e os investimentos necessários para a educação”, diz a nota. Após receberem a proposta de 10,06%, o Sindeducação levou o valor ofertado pela Prefeitura para uma assembleia, na tarde do mesmo dia. Depois de

avaliação dos profissionais da educação, eles decidiram seguir com a paralisação. “No mesmo dia em que houve a audiência de conciliação, em assembleia geral, a proposta da Prefeitura foi rejeitada pelos professores, pois a nossa reivindicação, que é de 33,24% sobre apenas as perdas salariais dos últimos cinco anos”, frisou Ana Paula Martins.

De acordo com o Sindeducação, 10,06% representaria a inflação de apenas 2021, sendo que a categoria está há cinco anos, ou seja, desde 2017, sem aumento de salário. “Os nossos salários estão corroídos, está difícil manter a nossa qualidade de vida, e sustentar as nossas famílias com os salários atuais”, afirmou Ana Paula.

REFORMA DE ESCOLAS

O Sindicato informou que das 258 escolas da rede pública municipal, apenas 152

voltaram de forma presencial, e dessas apenas cerca de 80 passaram por reformas estruturais.

OUTRO LADO

A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que, sobre o reajuste salarial dos professores, o Município já entregou os documentos ao sindicato que comprovam o limite orçamentário e financeiro, permitindo o máximo de 10,06% de reajuste à categoria.

Sobre a reforma das escolas, a Semed reafirma que, em um ano e três meses, o Município realizou o maior programa de reformas da história de São Luís, por meio do programa Escola Nova, com mais de 50% das escolas totalmente reformadas e a rede adaptada para garantir a volta das aulas presenciais. A Secretaria ressalta, ainda, que todas as escolas da rede municipal serão completamente reformadas.

Vereadores assinam termo de compromisso com o Sindeducação

A Câmara Municipal de São Luís recebeu, na manhã dessa segunda-feira (25), uma comissão do Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) para assinatura de um termo de cooperação com a categoria, que está em greve há uma semana em busca de reajuste

salarial. A presidente do Sindeducação, Sheila Bordalo, disse que o termo assinado esclarece toda a trajetória da greve. A sindicalista afirmou ainda que já ocorreram cinco reuniões nas quais o sindicato apresentou e cobrou dados da Prefeitura como,

por exemplo, a folha de pagamento e seus impactos em relação ao Fundeb. “É necessário que a Prefeitura reabra a mesa de negociação, receba o comando de greve, continue a negociação e somente a partir dessa mesa se defina um projeto de lei reajuste para que a Câmara possa votar”, enfatizou.

Fizeram parte da assinatura os vereadores Thyago Freitas (DC), Edson Gaguinho (DEM), Karla Sarney (PSD), Concita Pinto (PCdoB), Ribeiro Neto (PMN), Marcial Lima (Podemos), Andrey Monteiro (Republicanos), Fátima Araújo (PCdoB), Marquinhos (DEM), Astro (PCdoB) e Coletivo Nós (PT).

TJMA divulga edital de concurso público para juiz substituto

Ao todo, são 15 vagas para o cargo de juiz substituto e formação de cadastro reserva

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo; e a presidente da Comissão de Concurso Público, juíza Jaqueline Reis Caracas, assinaram nessa segunda-feira (25) o edital de Concurso Público para o provimento de 15 vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Juiz Substituto.

O concurso – que ficará a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) – seguirá as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

As inscrições serão realizadas no período de 10h do dia 27/04/2022 até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj_ma_22_juiz (disponível em breve), no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas



DIVULGAÇÃO

As inscrições para o concurso serão realizadas de 27 de abril a 26 de maio

na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe – Asa Norte, Brasília/

DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/tj_ma_22_juiz (disponível em breve), ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 23/2022 Processo nº 10.074/2022	
Objeto: Registro de Preços objetivando a Aquisição de SMARTTVS; Abertura: 10/05/2022 às 10:00 hs (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 25 de abril de 2022. Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.	

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 25/2022 – SRP Processo nº 10615/2022	
Objeto: Aquisição de bebedouros do tipo coluna (garrafão de 20 litros); Abertura: 10/05/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 25 de abril de 2022. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.	